



INTEGRAÇÃO

Falta de acordo mantém parado avanço da BR-319

Pavimentação da rodovia que liga Manaus a Porto Velho opõe defensores do meio ambiente e políticos e empresários. Enquanto não se chega a uma solução, quem precisa utilizar a estrada amarga o prejuízo

» IAGO MAC CORD*

A pavimentação da BR-319, que se estende por 918km da Floresta Amazônica entre Manaus e Porto Velho (RO), tornou-se um dos maiores impasses nacionais, pois ao mesmo tempo em que é fundamental ao desenvolvimento regional, causa forte impacto no meio ambiente. A segurança e a fiscalização da rodovia, que tem sido historicamente negligenciada, são os pontos cruciais nesse debate.

A rodovia, inaugurada em 1976, foi abandonada em 1988 por falta de manutenção, tornando-se praticamente intransitável em períodos chuvosos. Ao longo dos anos, a precariedade da infraestrutura e a baixa presença do Poder Público na região transformaram a BR-319 em um corredor para o crescimento exponencial de crimes, como tráfico, garimpo ilegal e contrabando, impulsionados pelo desenvolvimento das cidades que se formaram ao longo da estrada.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já alertava, em auditoria de 2020, que o fortalecimento institucional era crucial, pois a ausência de fiscalização era a “principal dificuldade para coibir ilícitos ambientais”. Iniciativas anteriores, como o Comitê Gestor da **BR-319** (2009-2011), que contava com a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), foram extintas sem uma avaliação conclusiva de suas medidas.

A situação da PRF no Amazonas facilita a criminalidade na rodovia e reforça o abandono. A regional conta com apenas 106 policiais, contingente definido pelo Grupo de Trabalho da BR-319, do Ministério dos Transportes, como “flagrantemente insuficiente para atender às crescentes demandas regionais” e que sofre com “alta rotatividade” em locais como Humaitá (AM) devido à falta de incentivos, como a “indenização de fronteira” — adicional salarial pago ao agente que é lotado, temporariamente, em regiões fronteiriças ou isoladas do país.

A precariedade da infraestrutura rodoviária — com cerca de 400km sem asfalto e mais de 50 pontes de madeira — limita a capacidade operacional da Polícia Rodoviária. Apesar dessas adversidades, a PRF, em resposta a um ofício apresentado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI), de autoria do deputado federal Amom Mandel (Cidadania-AM) — ao qual o **Correio** teve acesso —, assegurou que há uma “presença efetiva”. O resultado disso é o registro de 37 crimes ambientais, entre janeiro de 2024 e abril de 2025, incluindo apreensões de madeira ilegal, pescado irregular, cocaína e maconha.

Redes sociais



Trecho de 400km da rodovia, que fica praticamente intransitável no período chuvoso, é o principal fator de discórdia para obras na BR-319

Legado de abandono

A BR-319 é fonte de controvérsia devido à sua história, condição atual e aos impactos ambientais e sociais da proposta de reconstrução. Inaugurada na ditadura militar, era parte de um plano de integração para desenvolver e garantir a segurança da Região Amazônica. Inicialmente, a rodovia era pavimentada, mas devido à falta de manutenção e ao clima desafiador, a maior parte do trecho central se deteriorou. A rodovia foi praticamente abandonada no final dos anos 1980, mas, por décadas, essa seção da rodovia se tornou quase intransitável, sobretudo na estação chuvosa.

Os planos de expansão incluem três novas Unidades Operacionais e uma delegacia da PRF em Humaitá, cujo contrato para ser erguido está assinado, segundo a corporação. A PE, por sua vez, criou a Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente (Damaz) e planeja um posto de monitoramento de alta tecnologia em Humaitá.

A BR-319 foi tema de embate político este ano, especialmente depois da aprovação do então Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental, no plenário do Senado Federal, em maio. Na Comissão de Infraestrutura da Casa, o senador Omar Aziz (PSD-AM) defendeu a urgência da pavimentação.

“Essa obra que a gente tanto pede, já fez tantos apelos e que tem um compromisso de o presidente Lula de fazer... [A rodovia] vai ser asfaltada agora. Pela nova lei, elas [estradas] podem ser asfaltadas sem precisar de licenciamento nenhum”, destacou.

Ele questionou, também, a “incompetência em fiscalização” para um trecho de apenas 400km e ressaltou que o isolamento de Manaus, sem a rodovia pavimentada, contribuiu para a crise de oxigênio na pandemia de covid-19, que causou 15 mil mortes na capital amazense.

Em contrapartida, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, enfatizou a preocupação ambiental com a BR-319. Ela destacou que o desmatamento na região amazônica aumentou cerca de 119% “apenas com o anúncio da estrada”.

A ministra insiste na necessidade de uma Avaliação Ambiental Estratégica para a BR-319, para planejar e evitar o padrão de destruição ambiental visto em outras rodovias

amazônicas. Marina defende que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) atue com base técnica. “Não dificulta nem facilita, cumpre a lei”, observou. E criticou o que chamou de “bode expiatório”, questionando por que a obra não foi feita nos 15 anos em que ela esteve fora do governo, sugerindo “incompetência” de gestões anteriores.

Estado ausente

O deputado Amom Mandel admite a complexidade que envolve a BR-319. Segundo o deputado, “o problema, em si, não é a existência da BR-319, é a ausência do Estado brasileiro na região”. Para ele, essa ausência vai além da fiscalização policial e engloba a falta de saneamento básico, água potável e medicamentos, criando um vácuo que é preenchido pelo crime organizado.

Mandel defende a flexibilização das regras de uso do Fundo Amazônia para que recursos e equipamentos possam ser utilizados no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, atividades que, segundo estudos citados pelo parlamentar, “financiam o desmatamento ilegal e os incêndios florestais na Amazônia”.

A Licença Prévia (LP) 672/22 atesta a viabilidade ambiental da BR-319, mas impõe condicionantes

interministeriais rigorosas, como a instalação de três postos de monitoramento/segurança. O Ministério dos Transportes propõe acordos de cooperação técnica, mediados pela Casa Civil, para garantir a efetivação dessas ações, buscando uma “governança interministerial integrada”.

As inovações de engenharia para a rodovia incluem a construção de 500km de cercamento físico para proteger a fauna, a instalação de 172 passagens de fauna — uma a cada 2,35km, tornando-a a rodovia com mais passagens de fauna no Brasil — e a substituição de pontes de madeira por concreto. Além disso, a implantação de pórticos de fiscalização e barreiras de controle agropecuário já estão em andamento, com a primeira barreira em operação no quilômetro 263 da rodovia.

O relatório do Grupo de Trabalho do Ministério dos Transportes de 2023 frisa que a maior dificuldade é garantir essa governança integrada para monitoramento e fiscalização da região. Propõe que essa governança inclua um Acordo de Cooperação Técnica com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para monitoramento ambiental por satélite, detecção de ilícitos e apoio a operações de fiscalização. A formalização desse acordo, porém, ainda não ocorreu.

VIOLÊNCIA

Indiciado ex-atleta que espancou a namorada

A Polícia Civil do Rio Grande do Norte indiciou Igor Eduardo Pereira Cabral, 29 anos, por tentativa de feminicídio. O ex-atleta de basquete agrediu a namorada com mais de 60 socos dentro de um elevador em condomínio da zona Sul de Natal. Ele está preso desde 26 de julho. A vítima, Juliana Soares, 35 anos, passou por cirurgia na última sexta-feira e segue em observação hospitalar. Em entrevista a uma rede local de tevê, ela contou que Igor queria matá-la.

No relatório final, a Polícia Civil solicitou ao judiciário a manutenção da prisão preventiva, já decretada, “diante da gravidade dos fatos, da periculosidade do indiciado e da necessidade de proteção à integridade física e psicológica da vítima”. A defesa de Igor disse que vai aguardar os próximos passos do Ministério Público para se posicionar.

O ex-atleta de basquete alegou, ontem, em nota, que as agressões ocorreram em “um contexto de uso de substâncias e instabilidade emocional”. “Embora as circunstâncias ainda estejam sendo apuradas, sinto a necessidade sincera de expressar meu pedido de perdão a todos que, de alguma forma, foram afetados. Não tenho intenção de justificar nada, tampouco minimizar o impacto dos fatos. Apenas desejo que Juliana consiga encontrar força para seguir em frente, com serenidade, coragem e paz. A ela, sua filha e sua família, envio minhas orações e meu mais genuíno respeito”, disse em nota.

Ainda segundo o comunicado, Igor diz enfrentar o momento atual “com humildade e esperança de que, com o tempo, todas as partes envolvidas possam encontrar caminhos de cura, reflexão e recomeço”.

Igor está preso na Cadeia Pública de Ceará-Mirim, na Grande Natal. Na última sexta-feira, ele chegou a denunciar maus-tratos e agressões sofridas por policiais penais. Entre as supostas agressões estão chutes, socos e uso de spray de pimenta. O ex-atleta teria sido colocado na cela algemado e sem roupas.

Em nota, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap) disse que vai apurar a ocorrência. O interno chegou a ser deslocado para registro de boletim na Delegacia de Plantão da Polícia Civil e exame de corpo de delito no Instituto Técnico-Científico de Perícia. A investigação ficará a cargo da Polícia Civil. A Corregedoria do Sistema Prisional também foi acionada, segundo a Seap.

» Feminicida alega convulsão

Fábio Seoane Soalheiro, de 59 anos, foi preso em flagrante pela suspeita de matar a companheira no apartamento em que ambos viviam, em Barueri, na Grande São Paulo. Ele acionou o serviço de resgate alegando que a mulher, a empresária Bruna Martello Carvalho, de 35 anos, estava tendo convulsões. Agentes da Guarda Civil Municipal encontraram sinais de violência no local. Levado à Delegacia da Mulher, ele foi autuado por feminicídio, mas negou o crime. Foi constatado, porém, um mandado de prisão contra Fábio emitido pela Justiça de Blumenau (SC) por descumprimento de medida protetiva em um caso anterior de violência doméstica. De acordo com o registro policial, os guardas municipais constataram que Bruna tinha ferimentos na cabeça, nos braços e na perna.

CONFERÊNCIA DO CLIMA

Plataforma de hospedagem apresenta instabilidade

» ALÍCIA BERNARDES*

Lançada na última sexta-feira, a plataforma oficial de hospedagem da COP30 tem apresentado instabilidade e uma longa fila virtual de espera para acesso. O sistema foi criado para facilitar a reserva de acomodações durante a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, marcada para ocorrer em Belém, de 10 a 21 de novembro.

A promessa é reunir mais de 2,7 mil quartos em uma variedade de formatos: desde hotéis tradicionais

e apartamentos por temporada até casas em condomínios e residências privadas, disponibilizadas exclusivamente para o período do evento. Segundo os organizadores, novos imóveis estão sendo adicionados à medida que as agências credenciadas integram os dados à plataforma cop30.bnetwork.com.

O site oferece duas categorias principais de acomodação: a rede hoteleira convencional e os apartamentos privados cadastrados temporariamente para o evento. Os participantes da conferência podem navegar pelo mapa interativo do portal para

escolher hospedagens mais próximas do Parque da Cidade, onde ocorrerá a maior parte das atividades da COP30.

Além das hospedagens em terra firme, a organização da COP30 disponibilizará também dois navios de cruzeiro, que ficarão atracados no Porto de Outeiro, para acomodar parte dos participantes. A medida visa ampliar a capacidade de acolhimento da capital paraense diante da alta demanda.

A crise no setor hoteleiro, no entanto, preocupa. O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, afirmou que alguns

países pediram, oficialmente, a transferência da conferência para outra cidade. O motivo seria o preço abusivo das diárias, que estariam até 10 vezes acima do normal. “É natural que os preços subam em grandes conferências, mas não nessa proporção. Isso está criando um problema diplomático real”, alertou o diplomata.

Já a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou ao *Financial Times* que a nova legislação ambiental aprovada pelo Congresso representa “o maior retrocesso potencial” na proteção ambiental do Brasil em quatro décadas. “O

mundo hoje não precisa de menos proteção ambiental, precisa de mais proteção”, disse em entrevista.

O projeto, impulsionado pela bancada ruralista e aprovado às pressas antes do recesso parlamentar, permite a aprovação acelerada de projetos estratégicos e a autodeclaração de impacto ambiental por proponentes, inclusive em empreendimentos agropecuários. “O Brasil já mostrou que é possível desenvolver e proteger ao mesmo tempo”, afirmou Marina. (Com Agência Estado)

* Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi